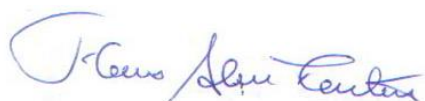


ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO PERMANENTE DO CCP, realizada pelo aplicativo ZOOM, a 10 de dezembro de 2022, com início às 13h08 de Lisboa, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da Ata da reunião extraordinária em Lisboa; 2) Orçamento para 2023 e propostas de alteração à Lei 66-A na AR; 3) Programação das reuniões; 4) Assuntos Gerais. Presentes os Conselheiros titulares Flávio Martins, Amadeu Batel, Ângelo Horto, Lígia Fernandes, Paulo Marques, António Cunha, Pedro Rupio, Manuel Coelho e Maria de Lourdes de Almeida, assim como o Conselheiro Paulo Martins, em substituição ao Cons. Daniel Loureiro. A Cons. Rita Santos, justificou que uma cerimónia de casamento de familiares não lhe permitiria chegar à hora agendada. O Cons. Flávio Martins iniciou a reunião agradecendo a presença de todos/as e explicou a antecipação do horário para as 13h00 de Lisboa, a pedidos, tendo em vista o partido entre Portugal e Marrocos. O Conselheiro Amadeu Batel também informa estar nas urgências de um hospital em Estocolmo por ter passado mal na noite anterior e que a qualquer momento precisaria sair da reunião com a chegada do médico. O Cons. Flávio Martins reconheceu o esforço e o sentido de responsabilidade do Cons. Amadeu Batel e todos/as desejaram uma rápida recuperação. Em votação a ordem de trabalho foi aprovada conforme a convocatória. Passando-se ao ponto 1) Aprovação da Ata da reunião extraordinária em Lisboa, o Cons. Flávio Martins perguntou se havia algum ponto importante para incorporar na Ata, mas todos os presentes consideraram que nada havia a acrescentar e portanto foi aprovada por unanimidade. Passando ao ponto 2) Orçamento para 2023 e propostas de alteração à Lei 66-A na AR . O Cons. Flávio Martins informou que foi aprovado um orçamento de 350.000 euros para o CCP em 2023 e considera ser o valor razoável se não estiver aqui contemplada a realização do Plenário, porque de ser assim então fica muito aquém do montante necessário para o pleno

funcionamento do CCP. Comunicou também que em conversa com o SECP, Dr. Paulo Cafôfo, este comprometeu-se a buscar mais recursos caso seja necessário. Anunciou ainda que pediu à Dra. Ana Cristina (DGACCP) informação dos orçamentos anteriores do CCP desde o ano 2003. Recebeu até ao momento desde o ano 2007 e constatou que somente no ano 2011 é que o orçamento superou os 200.000 euros; isso tudo será publicado no site do CCP. O Cons. Amadeu Batel refere que o mais provável é que não se realize Plenário em 2023. Referente à proposta da Alteração à Lei 66-A, o Cons. Flávio Martins indicou que até o momento somente recebeu a proposta do PSD e ainda continua-se a aguardar a do PS. O Cons. Paulo Martins expressou que ao ler a proposta do PSD ficou surpreendido com alguns pontos como o do passaporte especial. Sente-se dececionado ao constatar que diplomas tão importantes como o voto eletrónico não avançam e indica que isso significa um retrocesso nas nossas demandas. O Cons. Ângelo Horta considera que como o PS é maioria, devemos esperar pela proposta para depois poder analisar e debater e que a proposta do PSD em alguns pontos é utópica. O Cons. Flávio Martins esclareceu que das reuniões realizadas do CP em Lisboa no mês de novembro pode concluir-se que não haverá mudança de tutela nem o piloto de voto eletrónico. Também participou que nas reuniões realizadas, o PS nunca falou de uma estrutura do CCP nem de um gabinete próprio, ponto no qual todos os outros partidos convergiram, no entanto lembrou novamente que o PS tem a maioria absoluta. Informou também ao Cons. Paulo Martins que a reunião com o PR, Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, foi mais social que de trabalho. O Cons. Pedro Rupio manifestou que já nem se preocupa com o voto eletrónico depois que ouviu as declarações do Ministro do MAI, Dr. José Luis Carneiro, nas quais informou que vai prevalecer o voto presencial e o voto postal para aqueles que manifestarem o desejo de assim o fazer. Indicou que com estas medidas a grande vitória do recenseamento eleitoral

vai perder peso, pois vamos retroceder de maneira abrupta, já que a abstenção será descomunal. A Cons. Maria de Lourdes pensa que com esta Resolução o Governo busca minimizar a participação eleitoral das Comunidades. Concluiu dizendo que votos significam demandas e exigências, dois aspetos que nenhum Governo quer. O Cons. Flávio Martins notificou que iria convidar os presidentes dos Conselhos Regionais e das Comissões Temáticas para a reunião online do CP em janeiro de 2023 para podermos ter um debate mais abrangente. Passando ao ponto 3) Programação das reuniões, o Conselheiro Flávio Martins propôs que as reuniões online do CP para o 2023 fossem realizadas no terceiro sábado de cada mês, exceto fevereiro que seria no segundo sábado devido ao carnaval e se fizesse falta alterar alguma data devido a algum feriado, seria feita a alteração no seu devido momento. Esta proposta foi aceite por unanimidade. Assim mesmo informou que as reuniões dos Conselhos Regionais seriam realizadas entre os meses de fevereiro e março, devendo para o efeito informarem as datas até ao fim do mês de janeiro. As reuniões das Comissões Temáticas realizar-se-ão nos dias 27 e 28 de Abril de 2023 e a reunião do Conselho Permanente realizar-se-á no final de junho ou princípios de julho esperando para esta data já termos a votação do Parlamento à alteração da Lei 66-A. Os presentes concordaram por unanimidade com as propostas das datas programadas. Passando-se ao ponto 4) Assuntos Gerais, o Cons. Flávio Martins solicitou ao Cons. Pedro Rupio informasse de modo geral o ocorrido na AR no dia 30 de Novembro com a petição “Português Para Todos”. O Conselheiro comunicou o acontecido dizendo ter ficado muito satisfeito ao constatar que 7 dos 11 partidos da oposição estiveram muito próximos desta petição nas suas intervenções, no entanto lamentou muito a posição do Deputado Paulo Pisco do PS que acusou esta petição de ser xenofóbica ao excluir os estrangeiros do “Ensino do Português Para Todos”, o qual é totalmente

falso. O Cons. Flávio Martins esclareceu que a petição do movimento “Português para todos” em ponto algum altera o programa atualmente desenvolvido pelo Inst. Camões, mas sim complementa o já existente. Em vistas do mau estar existente sobre esta falsa acusação considera conveniente enviar uma moção de apoio à petição “Português Para Todos” e todos os presentes concordaram, pelo que uma vez redigida será enviada a todos para que emitam o seu parecer. Os presentes parabenizaram a produtividade da reunião e despediram a reunião desejando-se todos umas Boas Festas. Assim, nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 14h45 (hora de Lisboa), mandando-se lavrar esta Ata, cópia fiel dos trabalhos realizados e que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e pela Secretária, na forma do Regulamento deste Conselho Permanente do CCP.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "J. Carlos Albuquerque", is written below the main text.